



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

As práticas educativas da congregação Filhas de Sant'ana na educação das meninas desvalidas do Pará no início do século XX

Tayana Helena Cunha Silva

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará
tayanacunhahcs@gmail.com

Elianne Barreto Sabino

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará
eliannesabino2018@gmail.com

Livia Sousa Silva

Professora da Universidade Federal do Pará
livasousasilva2014@gmail.com

Laura Maria Silva Araujo Alves

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará
laura_alves@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo analisa a política de abrigo e caridade a partir da atuação da Congregação Filhas de Sant'ana no amparo e educação de meninas pobres no Pará no século XX. Nesse sentido, o objetivo geral é: identificar as práticas educativas da congregação das Filhas de Sant'ana. O procedimento metodológico é de caráter documental tendo como fontes os documentos oficiais do estado e do Instituto Gentil Bittencourt (1909) e outras. Sobre a atuação das congregações religiosas na prática de abrigo e educação da infância no Brasil nos séculos XIX e XX temos como aporte teórico Rizzini (2009), Boschilia (2005) entre outros. Os resultados da análise das fontes revelaram que a referida congregação foi fundamental para o projeto de formação da nova sociedade Brasileira, a partir de sua política de amparo e educação de meninas pobres no Pará, para torná-las seguidoras dos princípios cristãos e exemplos de mulher para a família.

Palavras-chave: Educação, Infância, Congregações Religiosas.



The educational practices of the Sant'ana Daughter Congregation in the education of disabled Pará girls in the early 20th century

ABSTRACT

This article analyzes the shelter and charity policy from the Daughters of Sant'ana Congregation in the support and education of poor girls in Pará in the twentieth century. In this sense, the overall goal is: identify the educational practices of the Daughters of Sant'ana congregation. The methodological procedure is documentary, having as sources the following official documents of the state and the Gentil Bittencourt Institute (1909) and others. On the role of religious congregations in the practice of shelter and early childhood education in Brazil in the nineteenth and twentieth centuries the theorist Rizzini (2009), Boschilia (2005) among others. The results of the analysis sources revealed that this congregation was fundamental to the Project formation of the new Brazilian society, based on its policy of protection and education of poor girls in Pará, to make them followers of the principles Christians and examples of women for the family.

Keywords: Education, Childhood, Religious Congregations.



Introdução

Compreender a atuação da congregação das Filhas de Sant'ana na educação de meninas desvalidas no Pará no início do século XX é parte de nossa pesquisa de mestrado em Educação, a qual nos possibilitou perceber o quanto o trabalho desenvolvido por essa congregação colaborou para a política de assistência, proteção e educação iniciada no século XIX, no que se refere à infância pobre, em Belém-Pa.

A introdução de congregações religiosas no campo da educação no Pará é produto de um movimento ocorrido em esfera nacional que se intensificou no fim do século XIX, quando novas congregações, principalmente femininas, se formavam no Brasil, e se dedicaram a missão de educar as crianças prezando pela ordem e a moral e impregnação de valores e comportamentos na infância que seria o futuro da sociedade (BOSCHILIA, 2005).

Nesse sentido, apontamos como o objetivo principal: Identificar as práticas educativas da congregação das Filhas de Sant'ana a partir de documentos da congregação e de documentos oficiais. A partir de um estudo de caráter documental, serão estudados o decreto do estado que discorre sobre a reforma do Instituto Gentil Bittencourt nº 1.405/1905, o relatório do ano de 1909 sobre as atividades deste mesmo Instituto no referido ano e a revista Bodas de Ouro (1933), uma produção especial da congregação em comemoração aos 50 anos da presença das Filhas de Sant'ana no Brasil.

A análise das fontes será baseada em autores como Almeida (2014), Bittencourt (2017), Lopes (2018), Souza (2014), Viana (1906), entre outros autores que nos possibilitam contextualizar as práticas educativas desta congregação no início do século XX. O artigo está dividido em três momentos. No primeiro desenvolvemos uma discussão histórica a fim de pontuar a participação das congregações religiosas no campo da assistência e educação da infância no território brasileiro nos séculos XIX e XX. Posteriormente elucidamos sobre a origem da congregação das Filhas de Sant'ana e o último momento se ocupa em analisar os documentos, identificando a missão educativa desenvolvida por essas religiosas junto às meninas abandonadas do Pará no século XX.

Abrigamento, caridade e educação da infância nos séculos XIX e XX: a atuação das congregações religiosas

A igreja católica representada pelas ordens e congregações religiosas teve fundamental participação na história da infância no Brasil, sobretudo por ser a primeira instituição social a promover políticas de acolhimento, proteção e educação às crianças abandonadas dentro dos princípios da caridade. Conforme nos aponta Rizzini (2009), a igreja promovia a prática de recolhimento fundamentada na ideologia cristã de amparo aos desvalidos em parceria com o Estado para a manutenção de instituições asilares administradas pela igreja.

A história nos aponta que a atuação das congregações junto às crianças brasileiras já ocorria desde o período colonial com os jesuítas. O trabalho exercido por estes religiosos, principalmente no âmbito educacional balizou as atividades de futuras congregações que da mesma forma concentraram suas missões àqueles indivíduos mais necessitados, entre os quais estavam as crianças pobres e abandonadas.



As missões de acolhimento e caridade de congregações posteriores aos Jesuítas são datadas do século XVIII com a instauração das primeiras instituições de assistência e educação de crianças órfãs em diversas localidades do Brasil. As práticas exercidas nesses espaços eram norteadas pela religião e se diferenciavam por sexo, nessa direção Rizzini e Rizzini (2004) nos demonstram que,

[...] O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa. As práticas religiosas e o restrito contato com o mundo exterior eram características fundamentais dos colégios para meninos órfãos e dos recolhimentos femininos, sendo que, no segundo caso, a clausura era imposta com mais rigor (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 24).

O cuidado das congregações religiosas, sobretudo com as meninas órfãs, justifica a criação de recolhimentos femininos que de acordo com Rizzini e Rizzini (2004) foram instituições que se ocuparam em acolher e educar meninas órfãs pobres para resguardá-las dos perigos do mundo. Os recolhimentos tinham o intuito de amparar as crianças pobres, sobretudo, as desprovidas de recursos econômicos vindas de famílias extremamente pobres e consideradas desregradas pela sociedade em questão.

A missão da igreja de cuidar dos mais pobres se consolidou durante o século XIX com a intensificação do processo de imigração e formação de novas congregações no Brasil, o que permitiu também alicerçar o lugar da igreja na educação das camadas mais pobres da população, principalmente, no que diz respeito ao processo educativo da infância desvalida, segmento social considerado mais sensível aos valores da modernidade, os quais eram vistos com cautela pelos religiosos que agora também tinham a missão de formar uma nova sociedade.

O aumento desses grupos religiosos no Brasil no período estudado é resultado do projeto de romanização ou ultramontanismo¹ da Igreja, que visava preservar os valores morais e religiosos do homem a fim de torná-lo um cidadão católico, ético e ordeiro. De acordo com Boschilia (2005), as ações destas congregações no campo da Educação no século XIX colaboraram para o projeto de educação dos ultramontanistas que visavam educar para manter a moral e os valores tradicionais ameaçados pela modernidade, conforme aponta Boschilia (2005) no excerto abaixo:

Os modelos disciplinares adotados pelas congregações católicas, além de estarem associados a uma nova concepção de educação, visavam garantir a reprodução de modelos de conduta e, nesse sentido, tinham o respaldo das famílias, também interessadas num controle mais efetivo sobre os filhos. À medida que a criança e o adolescente passavam cada vez mais tempo na escola, cabia à família escolher uma boa instituição para que a educação ministrada em sala de aula fosse estendida para fora dos muros escolares, de forma a garantir que as crianças e os adolescentes fossem preservados das rudezas e da imoralidade do mundo dos adultos (p. 94).

¹ Política conduzida pela parcela mais conservadora do clero, o qual difundia a ideia de que a igreja católica seria a verdadeira prelecionadora do povo. Onde a educação cristã seria a única via de formação de uma sociedade íntegra e promissora (COSTA, 2014). Além disso, o fortalecimento e a ampliação da igreja que naquele momento progrediu em suas atividades missionárias e de caridade também são frutos do projeto de Romanização.



Uma característica desse projeto da classe mais conservadora da igreja – ultramontanista – foi a expansão das instituições educativas confessionais administradas por congregações pelo país durante os séculos XIX e XX, que em suas atividades educativas privilegiavam o binômio: educação-religião com o propósito de: “[...] converter o homem tornando-o obediente às leis da Igreja Católica por meio da educação” (OLIVEIRA, 2010, p. 145).

Entre essas instituições educativas identificam-se os asilos, colégios ou internatos que foram criados para assistir e educar a infância pobre, funcionando a partir da parceria entre Igreja e Estado na manutenção desses espaços (PINHEIRO, 2017). A frente da gestão desses estabelecimentos, as congregações religiosas evidenciaram sua importância na formação de uma nova sociedade a qual se almejava adequar aos moldes europeus, mas, sem perder de vista a conservação dos valores tradicionais importantes para a formação da infância que naquele momento era tida como o futuro do Brasil, por essa razão os referidos religiosos procuravam direcionar suas ações às crianças desamparadas. Neste contexto:

[...] a Igreja procurava colocar-se como a única instituição capaz de implantar um projeto moral adequado para a manutenção da ordem vigente e construiu um discurso em que o jovem aparece como o depositário das esperanças de sedimentação de valores e costumes, elegendo-o como um dos elementos capazes de evitar as mudanças e manter a tradição. (BOSCHILIA, 2005, p. 95).

Nessa direção versaremos, a seguir, sobre a congregação das Filhas de Sant’ana e sua missão no amparo e educação de meninas desvalidas do Pará no século XX a frente do Instituto Gentil Bittencourt, instituição que ofertava educação dentro dos parâmetros vigentes na época: morais e religiosos.

A gênese da congregação das filhas de Sant’ana

A história aponta que o Instituto Filhas de Sant’ana o qual origina a congregação investigada neste estudo, foi fundado em 08 de dezembro de 1866 em Piacenza, na Itália. De acordo com a revista Jubileu (2009),² esta congregação foi criada por Madre Rosa Gattorno, e tinha como objetivo atender os doentes e desassistidos, além de abrigar e instruir as meninas pobres da cidade de Piacenza.

Nascida em Gênova, na Itália, em 14 de outubro 1831, madre Rosa Gattorno cresceu em um país envolvido por transformações de caráter social, econômico e religioso. No que diz respeito ao quesito religioso, naquele momento a igreja católica buscava difundir suas missões evangelizadoras, assim como os papas redigiram encíclicas de diversas temáticas relacionando-as ao catolicismo e manifestando o apoio à criação de institutos religiosos, dentre eles destaca-se a fundação do Instituto das Filhas de Sant’ana (JUBILEU, 2009).

Assim, de acordo com a revista Jubileu (2009), madre Rosa cimentou sua caminhada espiritual, participando mais frequentemente da igreja, quando se tornou componente de grupos religiosos como a Pia União das Filhas de Maria Imaculada e a Pia União Associação para a conservação e o incremento da fé católica.

2 Revista pertencente à congregação das Filhas de Sant’ana a qual informa a respeito das obras deste grupo religioso, e o número utilizado neste artigo se refere à edição comemorativa que discorre a respeito dos 125 anos da presença destas religiosas no Brasil.



Nesse cenário de dedicação aos trabalhos voltados à religião, madre Rosa chegou a preparar as regras da Pia União das Filhas de Maria Imaculada e, tais regras poderiam nortear um futuro instituto. Nessa direção, o histórico dessa congregação relata que em 1864 após receber um “sinal divino” a fundadora instituiu a congregação (JUBILEU, 2009).

É importante destacar que o processo de criação da congregação ocorreu de maneira relutante por parte de madre Rosa, pois, as suas fontes biográficas destacam que para seguir a vida religiosa seria necessário que deixasse sua família e, após audiência com o Papa Pio IX, sendo incentivada pelo pontífice a criar um instituto religioso sentiu-se pronta para iniciar sua missão. Assim, Rosa Gattorno se dirigiu para Piacenza em março de 1866 juntamente com cinco companheiras para colocar em prática a missão religiosa; e assim iniciou tal tarefa em 08 de dezembro de 1866 ao estabelecer a congregação que inicialmente foi batizada de “Filhas de Maria Imaculada e Mínima de São Francisco de Assis” sendo posteriormente foi denominada de Instituto Filhas de Sant’ana que tinha como missão prestar assistência aos enfermos, abandonados, pobres e crianças órfãs (JUBILEU, 2009).

Nessa direção, a partir de 1870, em meio às importantes transformações em curso na Itália, entre as quais Emmi (2008), destaca o processo emigratório de Italianos motivado sobretudo, por questões econômicas em virtude da crise agrícola do país, do processo de industrialização bem como também evidencia razões culturais para a imigração de Italianos para outros países. Nesse contexto, podemos inserir as religiosas de Sant’ana, pois neste mesmo período ocorreu a ampliação da obra da congregação para outros lugares do mundo como Chile, França, Espanha, Brasil entre outros (JUBILEU, 2009).

A missão em terras brasileiras foi enviada no fim do século XIX, e as primeiras religiosas de Sant’ana desembarcaram em Belém do Pará no dia 27 de outubro de 1884 em um grupo de seis religiosas lideradas pela superiora Ana Vitória Archetti. Ao chegar ao Brasil, as religiosas desta congregação depararam-se com um país em processo de relevantes mudanças econômicas e sociais, e no que se refere ao aspecto religioso o fim do século XIX representou um período promissor para a Igreja em razão da formação de novos religiosos, o que contribuiu para expandir o projeto de evangelização e formação da sociedade brasileira (BITTENCOURT, 2017).

A primeira missão da congregação estudada se concentrou no campo da saúde, para prestar assistência aos enfermos do hospital Bom Jesus dos Pobres; missão esta enviada em resposta a solicitação do então bispo do Pará Dom Antônio de Macedo Costa e do provedor do hospital, para que as religiosas de Sant’ana dedicassem sua obra aos doentes daquela Pia instituição que atualmente chama-se Santa Casa de Misericórdia do Pará (JUBILEU, 2009).

O trabalho exercido pelas Filhas de Sant’ana se estendeu a novas missões no campo da saúde, e logo suas atividades foram requisitadas para outras áreas como a da educação, principalmente da educação e assistência de meninas pobres em instituições educativas no Pará conforme explicitaremos na próxima seção.



A obra educativa das Filhas de Sant'ana no Pará do século XX

As atividades das religiosas de Sant'ana no campo da educação no Pará no século XX iniciaram ao assumir a administração do Instituto Gentil Bittencourt em 1905. Porém, Costa (2014) e Pimenta (2012) apontam que o trabalho dessa congregação com a educação de meninas pobres tem registros desde o século XIX no Colégio Nossa Senhora do Amparo e no Orfanato Antônio Lemos.

No Colégio do Amparo, a participação dessas religiosas na educação das meninas pobres se deu juntamente com professoras leigas, ofertando o ensino das primeiras letras e as prendas do lar tais como: bordar, pintar, cozinhar, costurar e o quesito fundamental do currículo: o ensino da religião para fortalecer as convicções morais e religiosas (COSTA, 2014).

Ainda de acordo com Costa (2014), as Filhas de Sant'ana tinham importante papel na direção desta instituição e na formação das meninas desamparadas, além disso, as religiosas tinham a incumbência de cuidar, proteger e acolher as alunas, haja vista que tais ações caracterizavam a missão desta congregação que tinha como objetivo atender os mais pobres e necessitados.

Outra missão educativa das irmãs desta congregação no século XIX que merece destaque é o trabalho no Orfanato Antônio Lemos, onde procuravam amparar e educar meninas pobres para serem mais do que mulheres do lar e boas esposas, mas também, mulheres cultas. Igualmente como na missão anterior, a promoção da educação religiosa não era esquecida na formação das internas dessa instituição que também prezava pela manutenção da moralidade.

As Filhas de Santana por sua vez desenvolveram um trabalho voltado para educá-las, civilizá-las de acordo com os princípios da educação Cristã. Queriam formar mulheres para o reino de Deus, servas que soubessem e praticassem os princípios da Igreja Católica. Eram essas mulheres religiosas que passavam maior parte do tempo com as órfãs educando-as. (PIMENTA, 2012, p. 126)

Nessa perspectiva, abordando o objeto deste artigo, a congregação das Filhas de Sant'ana assumiu a gestão do Instituto Gentil Bittencourt em 1905, o qual foi confiado às religiosas que foram contratadas pelo então governador do Pará, Augusto Montenegro, após solicitar à madre geral o envio de mais religiosas para iniciar os trabalhos naquela instituição, e logo estas irmãs: “[...] acompanhadas pela inolvidável Madre Irmã A. Benedicta desembarcaram no Pará, no dia 22 de Dezembro de 1905” (BODAS DE OURO, 1933, p. 107).

Vale lembrar que cabiam apenas às irmãs dessa congregação a administração interna do referido instituto, estando submetidas a Diretoria de Instrução Pública que representava a gestão superior do Estado, pois de acordo com Viana (1906) não era intenção do governador desobrigar o Estado da responsabilidade de manter esta instituição, mas acreditava ser necessária no processo de reorganização do Instituto Gentil Bittencourt a gestão interna ser de uma “corporação religiosa”, neste caso, as Filhas de Sant'ana.

A vinda destas religiosas pode estar relacionada ao conhecido movimento imigratório de congregações religiosas para o Brasil iniciado no século XIX, e entre as razões que faziam tais grupos religiosos imigrarem pode-se destacar a solicitação de eclesiásticos ou políticos, como foi no caso das irmãs de Sant'ana no Pará. Além disso, Bittencourt (2017) aponta que outro fator motivador do deslocamento deste grupo de religiosas e de tantos outros grupos para o Brasil se devia ao atendimento a demandas da sociedade, especialmente no início do século XX, conforme sinaliza o excerto a seguir:



Quando examinadas as escolhas de congregações pelos políticos locais e pelas autoridades eclesiásticas, é possível compreender que algumas foram chamadas especificamente para cuidar de santuários, outras para gerenciar editoras, outras ainda para oferecer atendimento a crianças, jovens e “pessoas com deficiências”, e para servir em hospitais ou fundar colégios (BITTENCOURT, 2017, p.41-42).

Os primeiros momentos dessa gestão foram marcados por dificuldades enfrentadas pela congregação no que se refere às condições físicas da instituição, mas, isso não desencorajou a missão destas religiosas. A transferência para o prédio definitivo não tardou a acontecer e assim o Instituto Gentil Bittencourt passou a dispor de uma boa estrutura cercada por jardim, parque e: “[...] dormitórios, refeitórios, salas de estudo, banheiros, corredores, tudo recebe luz em abundância” (BODAS DE OURO, 1933, p. 108).

Assim a obra educativa foi se fortalecendo e abrigando cada vez mais órfãs. Ressaltamos que a educação ofertada às meninas era ministrada por professoras leigas³ e pelas religiosas da congregação investigada que além de lecionar, tinham a responsabilidade de administrar a instituição relatando periodicamente ao Estado às condições do estabelecimento, bem como fazendo solicitações de demandas para garantir o pleno funcionamento daquele instituto. Tal competência era regulamentada pelo decreto nº1. 405/1905 que trata da reforma do Instituto que atribuía esta tarefa à religiosa superiora/diretora daquela instituição, conforme aponta o inciso 6º do artigo 7º referente às funções da diretora:

[...] Enviar ao Secretário de Estado da Instrução Pública anualmente um relatório sobre o movimento, progresso, melhoramento, ensino, producto, e despesas do Instituto, indicando as medidas a adotar para o seu bom desenvolvimento(PARÁ, 1905, Cap. 2, p.4-5).

A primeira superiora/diretora do Instituto Gentil Bittencourt foi a Irmã A. Tita Sbrilli que de acordo com a revista Bodas de Ouro (1933)⁴ exerceu o cargo com êxito e não tardou para que a obra da congregação crescesse naquela instituição. Dessa forma o número de internas logo alcançou o quantitativo estabelecido pelo decreto de reforma que delimitou o quantitativo de 240 órfãs a serem recebidas no Instituto, sendo que o aumento deste número de alunas deveria ser analisado e autorizado pelo congresso.

O supracitado decreto ainda determinava em seu capítulo IV o ensino ministrado no Instituto se tratava do curso primário e do ensino de prendas e serviços domésticos; no que se refere ao ensino primário, este seguia as orientações estabelecidas pelo Regulamento Geral do ensino⁵ dos Grupos Escolares. E os outros cursos ofertados eram ministrados pelas religiosas que construíam os programas de ensino que deveriam ser autorizados pela Diretoria de Instrução Pública (PARÁ, 1905).

3 Professoras que não optaram por seguir a vida religiosa.

4 Material produzido pela congregação em comemoração aos 50 anos da presença das Filhas de Sant’ana no Brasil, onde fazem um relato de todas as obras missionárias deste grupo religioso que estavam em funcionamento no país até aquele momento.

5 Decreto nº 1190 de 17 de fevereiro de 1903- Legislação referente à reorganização do ensino primário no estado do Pará. Sendo que a inauguração do primeiro Grupo Escolar no Pará ocorreu em 1900.



Os cursos de prendas e habilidades domésticas ofertados no Instituto GentilBittencourt eram ministrados pelas religiosas de Sant'ana e, entre estes cursos havia aulas de canto e música, onde as alunas tinham lições de instrumentos como o piano, bandolim e violino. Vale lembrar que o ensino dessas habilidades era reservado às meninas de famílias, assim como também às alunas exemplares em seu comportamento na instituição eram contempladas com as lições de música por um breve período, como aponta o trecho a seguir do relatório do Instituto:

[...] porquanto cada uma d'ellas não tenha mais de meia hora para o estudo da música. Não é obrigatório este estudo no collegio: são sempre, portanto, escolhidas as meninas de boa família, e mais distintas no estudo e em comportamento (RELATÓRIO DO INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT, 1909, p. 8).

Além das aulas de música, esse mesmo relatório aponta que outras habilidades refinadas também eram contempladas no conjunto da formação das meninas dentro dos mistérios do seu gênero, entre estas existiram as aulas de desenho, flores e de costura. A respeito das aulas de desenho podemos destacar que o ensino desta habilidade tinha o intuito de formar a mão e o espírito das meninas para que desenvolvessem essa tarefa produzindo com verdadeira destreza; e sob quase esta mesma lógica eram regidas as aulas de flores e de costura.

Todo material produzido nessas aulas específicas era premiado pelas autoridades estaduais, assim como também eram apresentados nas exposições anuais dos trabalhos das alunas daquele instituto. Juntamente com essas aulas mais esmeradas, eram ensinadas também pelas religiosas da congregação das Filhas de Sant'ana as chamadas prendas domésticas.

Ao ensinarem e terem como disciplina as prendas do lar, as religiosas reforçavam o ideário que provinha desde os tempos coloniais em que as mulheres deveriam ser formadas para se casar e tornarem-se boas mães e esposas. Para tanto, Almeida (2014) aponta que tal educação devia iniciar desde a pequena infância e, um dos espaços adequados para formar as meninas seriam os colégios católicos ou instituições públicas.

[...] Para a missão materna as meninas deveriam ser preparadas desde a mais tenra idade, fosse nos colégios católicos, nas escolas protestantes, nos estabelecimentos de ensino não confessionais ou públicas. Nas mais diversas culturas e ao longo dos séculos na sociedade organizada, as religiões sempre foram decisivas na definição de padrões comportamentais femininos (ALMEIDA, 2014, p. 63).

Assim, as religiosas de Sant'ana à frente do Instituto Gentil Bittencourt seguiam esta mesma lógica na educação das meninas pobres e das pensionistas, porém com estas últimas ainda havia o cuidado de se dispor de educação mais refinada em razão de sua situação social. E essa lógica já era evidenciada na prática educativa das religiosas desde o fim do século XIX quando estiveram responsáveis pela educação das meninas no colégio do Amparo e no Orfanato Antônio Lemos (PIMENTA, 2012)

Além da educação feminina, conforme citado nos parágrafos anteriores, ao seguir o regulamento geral de ensino para a instrução primária das meninas órfãs, as religiosas de Sant'ana adequaram o curso primário do Instituto Gentil Bittencourt ao modelo de ensino dos grupos escolares que representaram uma modernização da educação. De acordo com Lopes (2018), esta modernização compunha um processo de renovação que ocorria em outros setores da sociedade brasileira e paraense no início da República.



Assim sem se distanciar do outro propósito de formação do Instituto que se tratava de dar educação moral e doméstica às alunas, a prática educativa difundida nesta instituição atendia às finalidades do Estado que era favorável aos discursos da modernidade, pois intencionava formar as crianças para que: “[...] no futuro o Pará respirasse civilidade e moral republicana” (LOPES, 2018, p. 40).

É importante demarcar nesta discussão o contexto da educação no início da República que via na instrução primária pública o caminho para o progresso, pois, conforme assinalamos anteriormente o país passava naquele momento por transformações de toda a ordem e a educação não foi excluída daquele processo que passou a organizar as instituições educativas sob as influências Europeia e Norte-Americana (LOPES, 2018).

Esse novo modelo escolar influenciou a reestruturação do ensino primário em diversos estados do Brasil, como o Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraná, entre outros que contrataram a assessoria de educadores paulistas para reorganização de sua instrução pública. Dessa forma, era atribuição da instrução primária formar o indivíduo a partir de um programa de ensino direcionado a educação integral que focava na questão física, intelectual e moral (SOUZA, 2014). Além disso, nesta configuração de educação primária (SOUZA, 2014, p. 109) ressalta que:

[...] Dos alunos era exigida uma rígida disciplina, observada no bom comportamento verificado pela assiduidade, frequência, pontualidade, asseio, ordem, obediência, cumprimento dos deveres. [...] O amálgama de todos esses elementos era sedimentado por meio de práticas ritualizadas e simbólicas, entre elas os exames finais, as celebrações cívicas, as festas de encerramento do ano letivo e as exposições escolares.

Nesse sentido, esta mesma autora ainda destaca que o objetivo da educação primária no início da república além da formação integral e promover o ensino básico, trata também de educar para construir o caráter por meio da disciplina, assim com o apreço ao trabalho, respeito às autoridades, estimular a honestidade e o valor cívico para então incutir na criança o princípio do patriotismo (SOUZA, 2014).

Com base nas finalidades expostas acima, para colocar em prática ao que Souza (2014) denomina de “projeto cultural a favor da nação” o currículo da instrução primária propunha o ensino de leitura, linguagem escrita, caligrafia, aritmética, geografia, noções de higiene, moral e cívica, ginástica, exercícios, música, desenho, habilidades manuais, entre outros saberes. Vale lembrar que tal programa foi instituído pelos reformadores de São Paulo que conforme apontamos anteriormente foi referência para outros estados no que se refere ao pensamento sobre a instrução primária pública que representou uma revolução na educação e, portanto:

[...] sendo adotado apenas naquelas instituições que ofereciam o curso primário completo de quatro anos de duração, isto é, as escolas-modelo e os grupos escolares. Consequentemente, foram estabelecidos diferentes programas para os diferentes tipos de escolas primárias, significando, no limite, diferentes projetos culturais e de disponibilidade de acesso à cultura aos vários grupos sociais (SOUZA, 2014, p. 119).



Dessa maneira, o Instituto Gentil Bittencourt estava inserido neste contexto curricular do ensino primário, adotando o ensino dos saberes e habilidades mencionados anteriormente e no que se refere ainda ao currículo desse Instituto, o ensino de música e habilidades manuais estava a cargo das religiosas de Sant'ana que, também atuaram no ensino secundário em conjunto com as professoras leigas. No entanto, é pertinente destacar que a formação religiosa era integralmente confiada às irmãs (BODAS DE OURO, 1933).

Diante disso, a rotina de atividades religiosas das educandas da referida instituição educativa era organizada em momentos de orações durante o dia-a-dia das meninas, iniciando pela manhã e terminando a noite quando as meninas se recolham, conforme nos mostra um trecho do anexo do relatório do Instituto Gentil Bittencourt:

Quadro1: Horários das atividades das educandas do Instituto Gentil Bittencourt

HORARIO	
5-6 Banho	11 ½ - 12 Recreio
6-6 ½ Resa da manhã e missa	12- 1 ½ Estudo
6 ½ - 7 Pequeno almoço	1 ½ -5 ½ Aulas de prendas
7-8 Asseio da casa	5 ½ - 6 Jantar
8-11 Aula de estudo	6- 7 Recreio
11-11 ½ Almoço	7 – 7 ½ Resa da noite

FONTE: Relatório do Instituto Gentil Bittencourt, 1909.

É interessante pontuar que a educação religiosa das crianças e neste caso, das meninas, ser delegada a religiosas, pode estar relacionada ao ideário difundido pelos católicos mais conservadores no período republicano, pois, entendiam que frente à modernidade empreendida naquele momento, a falta da educação religiosa seria prejudicial à formação das futuras mulheres que sem a influência do ensino da religião acabariam por se desviar e, conseqüentemente, desestruturar o lar que deveria ser um ambiente permeado por valores cristãos (ALMEIDA, 2014).

Dessa forma a educação religiosa das meninas não poderia perder de vista que tinham por objetivo formar futuras mulheres, que deveriam ser puras e boas, portanto:

A linguagem mística para qualificar o papel feminino era utilizada pela ideologia cultural, que buscava na religião as metáforas e analogias para definir a mulher-mãe com atributos de *santa, anjo de bondade e pureza*, qualidades que todas deveriam possuir para serem dignas de coabitar com os homens e com eles gerar e criar filhos (ALMEIDA, 2014, p. 64).

Tal perspectiva permitiu de acordo com esta mesma autora, o crescimento das instituições educativas católicas tendo em vista que estes colaboraram para a educação feminina das famílias das classes mais ricas da sociedade. Mas tal influência religiosa alcançou outros estabelecimentos de ensino para o público financeiramente mais desfavorecido e para as instituições públicas que estavam inclinadas a adotar determinados princípios que a autora denomina como “coeducativos”.



Outro ponto que merece ser debatido na questão da educação feminina se refere a importância da mulher na educação da infância, não somente pelo fato da presença de religiosas na formação feminina, mas, pelo fato de que no início da república com o projeto de remodelação da sociedade se tinha a educação como caminho fundamental e nessa lógica a escola seria vista como meio que educa, ampara, instrui e assiste. E para tal finalidade viam na figura feminina um meio para orientar a infância, educando e moralizando os seus costumes (ALMEIDA, 2014).

[...] Nessa visão se construiria a imagem da mulher-mãe-professora, aquela que iluminava na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por ensinamentos que possuíam a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradoras de uma escola que se erigia como transformadora de consciências (ALMEIDA, 2014, p. 57-58).

Ademais, a revista Bodas de Ouro (1933) também evidencia que a obra educativa da congregação enfrentou novos momentos de dificuldade durante o seu funcionamento no século XX, quando o estado do Pará se encontrava em crises financeiras o que inevitavelmente comprometeu o funcionamento do Instituto administrado pela congregação das Filhas de Sant'ana.

Desse modo, em 1921 o então governador do Pará Antônio Souza Castro, para não fechar o estabelecimento de ensino, propôs reduzir o número de alunas órfãs e permitir o ingresso de meninas pensionistas que eram provenientes de famílias de situação financeira mais favorável. Assim, o Instituto Gentil Bittencourt passou a receber as alunas em duas categorias: internas e externas (BODAS DE OURO, 1933).

Outro meio encontrado pelas religiosas de Sant'ana para ajudar o Estado na manutenção do Instituto foi a promoção de cerimônias de primeira comunhão e batismos que resultavam em recursos revertidos àquela instituição. A revista Bodas de Ouro ainda relata que em 1927, as irmãs novamente foram auxiliadas mais urgentemente pelo governador Dionísio Bentes quando concluiu as instalações do prédio que até então estavam inacabadas por falta de recursos e, portanto, com aquele novo espaço foi possível ampliar o número de salas para o ensino secundário (BODAS DE OURO, 1933).

Sobre o papel do estado na administração desta instituição podemos assinalar que no contexto nacional em relação a responsabilidade do poder público sobre a instrução pública, a gestão do ensino primário estava sob a jurisdição dos estados embora tal atribuição não tenha sido devidamente esclarecida pela primeira constituição republicana conforme ilustra o trecho a seguir:

[...] a Constituição, embora omissa quanto à responsabilidade sobre o ensino primário, delegava aos estados competência para legislar e prover esse nível de ensino. Assim, serão os estados que irão enfrentar a questão da difusão da instrução mediante a disseminação das escolas primárias (SAVIANI, 2014, p. 22).

Nessa direção, podemos observar que não cabia unicamente ao governo central a responsabilidade pela educação, o que caracterizaria de acordo com Saviani (2014) a descentralização da instrução pública, em virtude de que conforme a primeira constituição republicana, ao governo central estavam relacionadas as ações no ensino secundário e superior de acordo com o estabelecido pela Constituição Republicana.



Considerações finais

A partir dos resultados das análises das fontes documentais evidencia-se a importância das ordens e congregações religiosas para a História da Educação e da Infância, especificamente no amparo, educação e assistência da infância pobre, além de serem também grandes colaboradores do processo de formação da sociedade Brasileira nos séculos XIX e XX. E sob esta ótica podemos articular a atuação destes grupos na política de abrigamento e caridade à infância na Amazônia.

Nesse contexto, no estado do Pará, identificamos a congregação das Filhas de Sant'ana representando a igreja junto à população, e tendo a primeira ação missionária direcionada à área da saúde, atendendo os enfermos da Santa Casa de Misericórdia do Pará; posteriormente as religiosas desta congregação se dedicaram ao cuidado e educação de meninas órfãs da capital paraense.

Tal missão, em consonância ao ideário republicano de educação e civilidade, objetivava formar os indivíduos dentro dos princípios cristãos e cidadãos, bem como também formar as meninas desamparadas para serem esposas exemplares e cultas para conviver na sociedade.

Portanto, estar à frente da gestão de instituições educativas no Pará, entre elas o Instituto Gentil Bittencourt no século XX, demonstra o marco da contribuição da congregação das Filhas de Sant'ana para a História da Educação que, entre outras razões também colaborou de maneira ímpar para o projeto de remodelação da sociedade para enquadrá-la nos parâmetros da civilidade europeia.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, D. et al. **O Legado Educacional do século XX no Brasil**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.
- BITTENCOURT, Águeda Bernardete. A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. **Pro- Posições**, Campinas, V. 28, N. 3 (84). Set/Dez. 2017.
- BOSCHILIA, Roseli. Juventude, ultramontanismo e educação católica. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 43, p. 87-102, Editora UFPR, 2005.
- COSTA, Benedito Gonçalves. A educação de meninas órfãs, desvalidas e pensionistas no asilo de Santo Antônio, no pastorado do Bispo D. Antônio de Macedo Costa em Belém – Pará: 1878 – 1888. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2014.
- EMMI, Marília Ferreira. Italianos na Amazônia (1870- 1950): pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008.
- JUBILEU, Revista. Papiro da Memória: 125 anos da presença das filhas de Sant'ana no Brasil (1884-2009). **Edição comemorativa**, editora Sobral- CE, 2009.
- LOPES, Mário Allan da Silva. Vitrine da república: a educação de crianças no 5º Grupo Escolar “Barão do Rio Branco” em Belém-PA (1900-1912). **Dissertação (Mestrado em Educação)**- Universidade do Estado do Pará. Belém, 2018.
- OLIVEIRA, Lúcia Helena M. de Medeiros. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 145-163, 2010.



PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. Educação de meninas no Orphelinato Paraense. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2012.

PINHEIRO, Welington da Costa. O Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913) **Tese (Doutorado em Educação)**-Universidade Federal do Pará – Belém, 2017.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do Pátrio poder ao Pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil, percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2004.

SAVIANI, D. O legado Educacional do “Longo Século XX” Brasileiro. In: SAVIANI, D. et al. **O Legado Educacional do século XX no Brasil**. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX** no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

VIANA, Arthur. O instituto Gentil Bittencourt. Typ. Encadernação do Instituto Lauro Sodré. 1906.

Fontes documentais

PARÁ, Decreto nº 1.405 de 20 de novembro de 1905 de reforma do Instituto Gentil Bittencourt. 1905.

BODAS de Ouro das Filhas de Sant’ana no Brasil- notícias históricas (1884-1934). Escola Typ. Pio X: Rio de Janeiro, 1933.

INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT, Relatório de atividades do ano de 1909.

Recebido em: 29/08/2019

Aceito em: 11/11/2019